

A ATUAÇÃO DO TUTOR FRENTE ÀS BARREIRAS NA ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

DANIELA FARIAS ALDADO¹; LÍVIA DA SILVA CORREA²;
MICHELLE COITINHO DE OLIVEIRA³

¹Universidade Federal de Pelotas – danialdado30@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – liviadasilvaas25@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – michelle.oliveira@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é uma conquista social relevante, mas que ainda apresenta inúmeros desafios, especialmente no que diz respeito à acessibilidade pedagógica. Segundo Pereira (2006), não é possível admitir-se que estudantes com deficiências vivenciem dificuldades recorrentes nos espaços das universidades, desde realização das provas do vestibular a condições de barreiras atitudinais e arquitetônicas que, por muitas vezes, interferem no processo de inclusão desse aluno.

De acordo com a legislação brasileira, todas as pessoas, entre as quais se incluem as que possuem qualquer tipo de deficiência, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho (BRASIL, 1988).

Dentre as deficiências, a visual exige adaptações específicas no formato, conteúdo e estrutura dos materiais didáticos, o que demanda atuação ativa de diversos agentes, incluindo os tutores universitários.

Estes profissionais, muitas vezes estudantes ou técnicos da instituição, assumem um papel fundamental no apoio acadêmico, sendo responsáveis por tornar o conteúdo acessível e compreensível aos estudantes com deficiência visual.

Sassaki (2005), identificou seis tipos de acessibilidade:

1. *Acessibilidade arquitetônica: supressão dos impedimentos físicos que dificultam o acesso aos ambientes;*
2. *Acessibilidade comunicacional: supressão dos impedimentos de comunicação interpessoal e escrita;*
3. *Acessibilidade metodológica: supressão dos impedimentos nos métodos pedagógicos e técnicas de estudos;*
4. *Acessibilidade instrumental: supressão dos impedimentos nos instrumentos, utensílios e ferramentas pedagógicas;*
5. *Acessibilidade programática: supressão dos impedimentos ocultos em políticas públicas;*
6. *Acessibilidade atitudinal: supressão de atitudes preconceituosas e estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias. (SASSAKI, 2005, p. 23).*

O presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar os desafios enfrentados por uma tutora universitária ao adaptar materiais acadêmicos para um estudante com deficiência visual. A atividade insere-se no contexto das ações da Coordenação de Acessibilidade, e visa compreender as dificuldades encontradas, as estratégias utilizadas e os aprendizados adquiridos durante o processo de tutoria inclusiva.

Com isso, a importância do tema se justifica pela necessidade de ampliar a compreensão sobre a atuação prática do tutor no processo de acessibilidade,

promovendo reflexões sobre acessibilidade educacional e melhoria das políticas institucionais de suporte a estudantes com deficiência.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades de tutoria foram desenvolvidas por via da Coordenação de Acessibilidade Do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), com foco na adaptação de materiais acadêmicos para uma estudante com deficiência visual matriculada no curso de Relações Internacionais. O público-alvo da ação foi a própria aluna, que necessitava de suporte contínuo para acessar os conteúdos teóricos apresentados em suas disciplinas.

O trabalho iniciou-se com o estabelecimento de um diálogo com a estudante, a fim de compreender suas principais dificuldades de acompanhamento das aulas e a forma como os conteúdos eram disponibilizados. A partir dessa conversa inicial, foi possível identificar quais disciplinas apresentavam maior demanda por adaptação de materiais, bem como as plataformas utilizadas pelos professores e os formatos de arquivo que eram mais acessíveis para a aluna.

Paralelamente, a tutora buscou contato com o colegiado do curso de Relações Internacionais, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre o conteúdo programático, os docentes responsáveis e os métodos avaliativos utilizados. No entanto, a comunicação institucional foi limitada, o que dificultou o acesso direto a materiais ou orientações pedagógicas por parte do curso.

Diante disso, a tutora passou a atuar de forma mais direta com a estudante, utilizando os conteúdos que ela recebia por e-mail ou pelas plataformas virtuais (como o E-aula UFPEL e Gmail) para realizar as adaptações necessárias. Os materiais foram convertidos para formatos acessíveis, como textos compatíveis com leitores de tela.

Durante o processo de tutoria, verificou-se que um dos principais obstáculos à inclusão efetiva da estudante com deficiência visual estava relacionado à acessibilidade comunicacional e instrumental. Muitos materiais disponibilizados pelos docentes eram digitalizações em formato de imagem (PDFs escaneados), que, por não conterem texto reconhecível, tornavam-se incompatíveis com softwares de leitura de tela. Isso impunha um retrabalho constante à tutora, que precisava realizar a leitura e transcrever ou gravar áudios sobre o conteúdo para garantir sua fidelidade ao original.

Outro desafio recorrente estava ligado à acessibilidade metodológica, já que nem sempre as estratégias de ensino adotadas pelos professores consideravam adaptações no ritmo, na forma de apresentação dos conteúdos ou na organização das atividades avaliativas. Em alguns casos, as disciplinas dependiam fortemente de materiais visuais, como gráficos, tabelas e mapas, cuja

descrição detalhada demandava tempo e competência técnica para que a estudante pudesse compreender plenamente a informação.

A acessibilidade programática também se mostrou limitada, especialmente pela ausência de protocolos institucionais claros para o compartilhamento prévio de materiais adaptáveis. A comunicação entre a tutora e o corpo docente dependia, muitas vezes, de iniciativas individuais, sem um fluxo oficial que garantisse a entrega de arquivos em formatos acessíveis antes do início das aulas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada demonstra que, embora a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior seja uma conquista relevante, ainda existem barreiras significativas à plena acessibilidade pedagógica. No caso analisado, destacaram-se dificuldades ligadas à acessibilidade comunicacional, instrumental e metodológica, como a oferta de materiais incompatíveis com leitores de tela, a dependência de conteúdos visuais e a falta de estratégias pedagógicas adaptadas.

Esses desafios evidenciam a necessidade de ampliar a compreensão institucional sobre o conceito de acessibilidade, conforme Sassaki (2005), que envolve dimensões arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais. O tutor, nesse contexto, atua como elo estratégico entre estudante, docentes e instituição, identificando barreiras e propondo soluções que favoreçam a aprendizagem e a participação acadêmica.

Conclui-se que promover a acessibilidade no ensino superior vai além de cumprir a legislação. É preciso construir uma cultura institucional inclusiva, na qual todos, professores, tutores, gestores e colegas, assumam corresponsabilidade pelo direito de todos ao aprendizado pleno e de qualidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.